

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Caso Banco PanAmericano

Silvana Duarte dos Santos¹
Auzinete de Freitas Ferreira²
Railene Gomes da Silva³

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os eventos ocorridos durante um dos maiores escândalos financeiros da história do Brasil, o caso Banco Panamericano. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos fatos ocorridos e noticiados pela mídia com o objetivo de identificar a sistemática da fraude bilionária ocorrida na instituição financeira, o posterior desdobramento da crise e seu desfecho. De modo introdutório, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca dos principais temas que envolvem a auditoria e o controle interno nas organizações financeiras.

Palavras-chave: Auditoria. Controle Interno. Confiabilidade. Fraude. PanAmericano.

ABSTRACT

This study aims to analyze the events that occurred during one of the biggest scandals in the history of Brazil, Banco Panamericano the case. Therefore, we performed a literature search on the events and reported by the media in order to identify the systematic billion dollar fraud that occurred in the financial institution, the subsequent unfolding of the crisis and its aftermath. Introductory way, we carried out a literature search on the key issues surrounding the audit and internal control in financial organizations.

Keywords: Audit. Internal Control. Reliability. Fraud. PanAmericano

¹ Mestre em Produção e Gestão Agroindustrial – UNIDERP (Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal). Graduação em Administração e Ciências Contábeis.

² Docente nas Faculdades Integradas de Paranaíba – MS

³ Docente nas Faculdades Integradas de Paranaíba – MS

INTRODUÇÃO

O Sistema Financeiro é o sistema que engloba as instituições financeiras creditícias (que concedem crédito), públicas ou privadas, de seguro (de automóvel, casa, vida), previdência (privada, aberta e fechada) e capitalização sob estrito controle do Poder Público, visando ao desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade.

O SFN é estruturado e desmembrado em dois subsistemas: sistema normativo e sistema operativo ou de intermediação.

O Subsistema Operativo ou de Intermediação é o sistema que tem na sua constituição as chamadas instituições bancárias (Bradesco, Itaú, BB) – que são os bancos em geral – e as não bancárias – que atuam na intermediação de recursos financeiros. O subsistema se subdivide em: instituições financeiras captadoras de depósitos à vista; demais instituições financeiras; outros intermediários e administradores de recursos de terceiros; bolsas de mercadorias e futuros; bolsas de valores; Instituto de Resseguros do Brasil; Sociedades Seguradoras; Sociedades de Capitalização; Entidades abertas de previdência complementar e entidades fechadas de previdência complementar (os chamados fundos de pensão).

As Instituições são chamadas de captadoras de depósito a vista porque são as únicas componentes de Sistema Financeiro que podem oferecer conta-corrente aos seus clientes. É por meio desta conta corrente que os clientes realizam os depósitos à vista.

Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam operações ativas (operações de concessão de crédito), passivas (emissão de um certificado de depósito bancário – CDB) e acessórias (emissão de contrato de câmbio) permitidas às diversas instituições financeiras.

Verifica-se que os bancos múltiplos são a junção de uma série de instituições financeiras, sendo que suas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras.

Os Bancos Comerciais são uma das subdivisões do banco múltiplo. São instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal

proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo (Operações de CDB, Fundos, etc).

Os bancos comerciais devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Surgimento da Auditoria da Análise das Demonstrações Contábeis.

A Contabilidade teve seu surgimento desde a existência do homem, pois assim que adquire um bem ele tem necessidade de proteção a posse, e sempre precisava saber o quanto esse bem poderia render, e o que era preciso para aumentar os seus bens, essa e a forma mais simples de explicar a necessidade que fez com que surgisse a contabilidade.

A Contabilidade é considerada como ciência social que tem respeitável acervo cultural e um conjunto de técnicas, princípios, conceitos e metodologias própria para servir a quem se utilizar de seus produtos, contribuindo, no plano econômico e administrativo das entidades, para a produção de informação seguras e objetivas (ATTIE, 2010, p 95).

Enaltecendo esta afirmação Marion (2009) ressalta que o surgimento da Contabilidade foi a cerca de mais ou menos quatro mil anos antes de Cristo. Onde o homem se atentava a sua principal atividade econômica que era o pastoreio e conseqüentemente analisavam a variação do seu rebanho, buscando avaliar suas riquezas.

Sendo assim é possível constatar que a Análise das Demonstrações Contábeis é tão antiga quanto à própria Contabilidade (MARION, 2009).

Contemporaneamente a Análise das Demonstrações Contábeis se destacou como exigência dos banqueiros americanos para conceder empréstimos a

empresas que almejavam alavancar seus investimentos (MARION, 2007).

Após uma revolução industrial, as empresas apresentaram uma grande evolução em suas instalações e maior competitividade, as análises das demonstrações contábeis foi e é extremamente importante para as empresas e as pessoas que trabalham e requer deste procedimento.

Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve uma necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar aos controles internos, principalmente visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos no mercado (ALMEIDA, 2003, p 25).

Nas últimas décadas ocorreu uma evolução significativa nas demonstrações financeiras, segundo os preceitos de Almeida (2003). Segundo este autor o que se destaca são a forma de apresentação, à quantidade de informações que são divulgadas e a qualidade destas informações.

Assim, como nos Estados Unidos esta melhoria ocorreu em consequência da necessidade de investidores terem um conhecimento mais profundo e confiável sobre a situação patrimonial e financeira, o resultado das operações e suas origens (ALMEIDA, 2003).

É fundamental o conhecimento sobre a situação patrimonial de determinada empresa que precisa de empréstimo para que de certa forma a instituição fornecedora deste empréstimo precisa saber se a situação patrimonial esta sólida para não seja devedores duvidosos.

Attie (2010), afirma que para garantir certo grau de confiabilidade a contabilidade se baseia fundamentalmente em documentação idônea, em obediência a princípios contábeis consagradas pela doutrina, registrando-os de forma uniforme, homogênea, em ordem cronológica.

As Demonstrações Contábeis não representam a simples soma dos dados, mas devido ao caráter abrangente revelam o inter-relacionamento e a interdependência dos diversos segmentos que o compõem (ATTIE, 2010).

De acordo com Attie (2010) para regulamentar a execução desta atividade no Brasil a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sendo atualizada em 28 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.638. Esta legislação é aplicada às Sociedades por Ações.

O Conselho Federal de Contabilidade criou, por intermédio da resolução 1.055/05, o comitê de Pronunciamentos Contábeis, que em sua origem no trabalho combinativo e democrático envolveu, além do Conselho Federal Contábil, outros organismos constituídos e divulgados de opinião, como IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), A Bolsa de Valores dentre outras, cujo conteúdo é prover a normatização aplicável aos eventos contábeis e financeiros de forma a constituir um conjunto adequado e uniforme às diversas instituições organizadas. A partir da deliberação 520, de 15 de maio de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a emitir os pronunciamentos em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (ATTIE, 2010).

Haja vista esta regulamentação e a pergunta de pesquisa deste trabalho fazem-se necessário abordar os objetivos da Auditoria das Demonstrações Contábeis.

2.2 Objetivo da Auditoria das Demonstrações Contábeis

Auditoria das demonstrações contábeis indica a realidade dos números da empresa, fundamental também as informações sobre os recursos além de desempenho e lucratividade da empresa.

Segundo os conceitos de Attie (2010), o objetivo da Auditoria das Demonstrações contábeis é expressar uma opinião sobre a propriedade da mesma, e assegurar que ela represente em seu conjunto adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os demais demonstrativos correspondentes aos períodos em exame, de acordo com as praticas contábeis no Brasil.

Schricketel (1999, p. 100) afirmou que as demonstrações financeiras deveriam permitir ao investidor atual ou potenciais investidores, aos credores e outros usuários aos seguintes conhecimentos:

- I. Tomar decisões de credito e sobre investimento;
- II. Conhecer as perspectivas do fluxo de caixa;
- III. Obter informações sobre os recursos da empresa, eventuais bloqueios ou gravames sobre os mesmos e as respectivas alterações;
- IV. Obter informações sobre os ativos, passivos e o capital social;
- V. Obter informações sobre o desempenho e lucratividade da empresa;
- VI. Avaliar a liquidez solvência e a qualidade da administração;
- VII. Explicar e interpretar as informações financeira. (SCHRICKEL, 1999 p.100).

Sendo assim, Lunelli (2011) ressalta que as informações da análise de balanços estão voltadas para dentro e fora da empresa e não se limitam apenas a cálculo de meros indicadores de desempenho.

Este autor salienta que para que a análise possa espelhar a realidade de uma empresa, é necessário que o profissional de contabilidade tenha certeza dos números retratados nas Demonstrações Contábeis e quem efetivamente espelham a real situação líquida e patrimonial da entidade.

2.2.2 Confiabilidade da auditoria

Ao lidar com o resultado de uma empresa, onde esta diretamente ligada a finanças, não se pode interpretar a reação de um individuo diante de uma oportunidade de usufruir de um dinheiro.

Bordin e Saraiva (2011, apud ATTIE, 2010, p. 119):

[...] enfatiza muito bem esta confiabilidade e precisão quando explica que:
Uma empresa necessita constituir, para si, sistemas que lhe garantam conhecer os atos e eventos ocorridos em cada um dos seus segmentos. Os efeitos ocorridos através da realização de cada ato devem ser escriturados e levados, em tempo hábil, ao conhecimento dos administradores.

A função da contabilidade como instrumento de controle administrativo é hoje unanimemente reconhecida. Um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em eficiente controle interno é ate certo ponto, inútil, uma vez que não é possível confiar informações contidas nos relatórios (ATTIE 2010 p. 152).

Assim é primordial destacar a função da auditoria externa para garantir a confiabilidade da auditoria dentro das organizações.

2.3 Auditoria Externa

A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado.

Quando relata auditoria externa ou auditoria independente como também é

denominado, é um trabalho totalmente independente de forma a apresentar dadas informações imparciais de todo o material coletado para uma análise no intuito de dizer e mostrar sempre a verdade.

Este profissional de todos os atributos que lhe recai, a integridade, e fundamental. Pois, o resultado do seu trabalho requer todos os princípios éticos como assim apresenta na Resolução Conselho Federal de Contabilidade n° 803/96, de 10 de outubro de 1996, que aprovou o Código de Ética Profissional do Contabilista - CEPC que tem por objetivo fixar a forma que conduz o contabilista, quando ao exercício profissional (ATTIE, 2010, p. 14).

Após abordar os princípios que norteiam a auditoria externa e conveniente apontar os pilares que sustentam a auditoria interna dentro das instituições seja elas públicas ou privadas.

2.4 Auditoria Interna

A partir do surgimento de empresas formalmente constituídas, os auditores deixam de ser públicos para atender as necessidades de suas organizações.

Esses auditores internos tinham, inicialmente, a responsabilidade quase exclusiva de revisar e conferir valores e documentos, como extensão da função dos auditores públicos (ALMEIDA, 2003).

Com a evolução das praticas comerciais e da inter-relação entre as entidades, a administração e a contabilidade passa a necessitar de alguém que lhe afirme que os controles e as rotinas de trabalho estão sendo habitualmente executados.

Seguindo este contexto a auditoria interna assume importante pilar para desempenhar os papeis de revisar seu próprio trabalho, que nem sempre é tarefa simples e auxiliar a controladoria na conscientização das áreas quanto a uma visão integrada de todo o processo empresarial.

A auditoria interna tem por finalidade desenvolver um plano de ações que auxilia a organização a alcançar seus objetivos adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados de uma organização (MURARO; SANTOS, 2010).

A auditoria interna tem como atividade básica revisar e avaliar a eficiência, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais; além de determinar o grau de confiança das informações contábeis e de outras naturezas, observarem normas internas e legislação pertinente, e também tem como atividade avaliar a qualidade alcançada na execução de tarefas determinadas para o cumprimento das respectivas responsabilidades (ATTIE, 2010).

Enaltecendo este conceito Muraro e Santos (2010), afirmar que as organizações, ao realizarem suas operações internas, necessitam de procedimentos e mecanismos que assegurem a sua execução e o registro de forma correta, eficiente e ordenada, denominados controles internos.

Diante do exposto torna-se necessário abordar os conceitos que fundamentam o controle interno dentro das organizações.

2.5 Controle Interno

A inexistência de um controle interno torna favorável a ocorrência de irregularidades, sendo que a auditoria se destaca como um instrumento importante para descoberta de erros e de fraudes, evidenciando-os, e principalmente, prevenindo para que não ocorra a prática desses delitos.

A elaboração de controles internos serve para evitar o abuso de poder, o erro, a fraude e principalmente, a ineficiência, são fundamentais para que as entidades resguardem os seus ativos, assegurem a fidelidade e integridade dos registros, demonstrações, informações e relatórios contábeis, conheçam efetivamente a realidade da entidade, estabeleçam e conheçam quais os seus compromissos com a gestão, orientem e estimulem a organização estrutural e funcional, comuniquem as diretrizes administrativas, onde o controle interno serve como facilitador para o trabalho do auditor (BORDIN; SARAIVA, 2011)

A Contabilidade é ferramenta muito importante para coleta de informações, as quais devem coincidir com a realidade da empresa, possibilitando assim, a tomada de decisões por parte dos indivíduos que delas se servem. As empresas podem deixar de atingir seus objetivos, caso ocorram erros ou fraudes em suas atividades e a auditoria possibilita o esclarecimento de fatos, evitando assim, crimes.

De acordo com Attie (2010, p. 151) “a importância do controle interno se

torna fraco a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não dispunha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações”.

É importante destacar que existem princípios e meios que são necessários e devem ser desenvolvidos nas organizações. As principais formas que podem dar suporte a proteção dos ativos e respaldo. Para melhor entendimento segue o quadro:

Princípios fundamentais a serem adotados nos controles internos.

Formas	Conceitos
Segregação de função	Responsabilidades delimitadas nas fases de uma operação
Sistema de autorização e aprovação	Compreende o controle das operações através de métodos de autorizações e aprovações por pessoas distintas
Formas	Conceitos
Função/ Responsabilidade	Determinam-se as funções e responsabilidades do cargo por meio de organogramas.
Rotação de funcionários	Corresponde ao rodízio de funcionários para reduzir a possibilidade de fraudes
Carta de fiança	Determina-se a responsabilidade pela custódia de bens e valores aqueles que gerenciam tais atividades.
Manutenção de contas e de controles	Indica a precisão de saldos da contas detalhadas, controladas por outros funcionários.
Seguro	Compreende a manutenção de apólice de seguros, valores e riscos da empresa.
Legislação	Atualização permanente sobre a legislação vigente para diminuir riscos fiscais e legais.
Diminuição de erros e desperdícios	Indica a detecção de erros e desperdícios na fonte devido a controles mal definidos
Contagens fiscais independentes	Correspondem as contagens periódicas de bens e valores, visando aumentar o controle físico e proteger os interesses da empresa.
Alçadas progressivas	Compreende estabelecer de forma escalonada as decisões e responsabilidades

Fonte: Attie (2007 p.190-191)

Percebe-se que quando se tem um adequado sistema de controle interno

limita-se a oportunidade de funcionários estarem utilizando de suas funções para tirarem benefícios a seu próprio favor.

Ainda na opinião de Attie (2010, p.151) “todas as empresas possuem controle interno”. A diferença básica é que estes podem ser adequados ou não. Não é só importante ter o controle, mas também acompanhar sua implantação e aprimoramento e avaliar o grau eficácia. Assim, destaca-se alguns quesitos que podem ser utilizados para sua realização.

- a) Documentação confiável: corresponde à utilização de documentação hábil para o registro das transações;
- b) Conciliação: indica a precisão ou diferenças existentes entre diversas fontes de informação, visando à manutenção equilibrada entre estas e à eliminação tempestiva de possíveis pendências;
- c) Análise: compreende a identificação da composição analítica dos itens em exame;
- d) Plano de contas: estabelece a classificação da empresa perante uma estrutura formal de contas. A existência de um manual de contabilidade que proceda o uso destas contas, fomenta a classificação e a utilização adequada de cada conta;
- e) Tempo hábil: determina o registro das transações dentro do período da competência e no menor espaço de tempo possível;
- f) Equipamento mecânico: a utilização de equipamento mecânico visa facilitar e agilizar o registro das transações, fomentando a divisão de trabalho (BORDIN e SARAIVA 2011, *apud* ATTIE, 2000).

Destarte, torna-se crucial apresentar os fatores que predominam na implantação do controle interno.

1.5.1 Procedimentos da auditoria e do controle interno

Muraro e Santos (2010) em seu artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade ressaltam que um sistema de controle interno é utilizado tanto nas empresas privadas como em instituições públicas.

De acordo com o comitê de procedimentos de auditoria do instituto americano de contadores públicos certificados (AICPA), um sistema de controle interno é aquele que abrangem o plano de organização adotado pela empresa para verificar a precisão e a fidedignidade de seus dados contábeis. Isso permite a proteção do patrimônio da entidade, a busca pela eficiência operacional e o encorajamento à adesão das políticas estabelecidas pela administração superior.

Este objetivo de controle tem por finalidade assegurar que as políticas e procedimentos definidos pela administração sejam adequadamente seguidos e respeitados pelo pessoal.

Embasado nestas políticas, (ATTIE 2000, p.121) define alguns meios:

a) Supervisão: a supervisão permanente possibilita melhor rendimento pessoal, reparando-se rapidamente possíveis desvios e dúvidas decorrentes da execução das atividades;

b) Sistema de revisão e aprovação: aponta se as políticas e procedimentos estão sendo seguidas, através de método de revisão e aprovação;

c) Auditoria interna: permite a identificação de transações realizadas pela empresa que estejam em consonância com as políticas determinadas pela administração.

A alta administração deve trabalhar continuamente para que as políticas e procedimentos definidos sejam verdadeiramente seguidos e respeitados por todo o conjunto da administração (BORDIN e SARAIVA, 2011 *apud* ATTIE, 2000).

Completando o conceito acima a definição de controle interno dá-se como um conjunto de todos os planos operacionais e organizacionais, sistemas, políticas, prática, a fim de atingir o objetivo básico de assegurar a disciplina e a conduta eficiente dos negócios (MURARO; SANTOS, 2010).

Um bom controle interno previne contra a fraude e minimizam os riscos de erros e irregularidade (ATTIE, 2010 p. 164). Mas não basta só ter um bom controle interno, é preciso ter pessoas confiáveis e preparadas para trabalhar com eficiência e exatidão.

O modo pelo qual se organiza o sistema para que se possa aplicá-lo de forma adequada, neste contexto entende-se que requer um plano organizacional para organizar o sistema de controle interno, com intuito de evidenciar o controle como uma ferramenta de auditoria, que proporciona mais confiabilidade.

2.6 Fraudes Contábeis

As fraudes contábeis acontecem principalmente pelos funcionários, fornecedores e clientes pessoas que tem certo grau de confiança dentro da organização, em muitos casos usam estratégias ilícitas para usufruir de sua confiança para ganhar dinheiro fácil.

Para Magalhães et al (1998, p. 37), fraudar é burlar. “engana-se a outrem

para proveito próprio; burla-se a lei em benefício próprio.”

Não se deve presumir a fraude. Fraude deve ser provada por quem acusa embora se admita a prova por indícios ou circunstâncias.

A republicação da informação contábil reflete uma baixa qualidade das demonstrações contábeis publicadas anteriormente. Isso pode se dar pela ação dos gestores, administradores e contadores com intuito de esconder informações importantes dos usuários externos, principalmente as fraudes contábeis.(ANGELI,2011 *apud* KINNEY, PALMORE E SCHOLZ, 2004).

Na administração econômica, fraudes são adulterações de pesos e medidas, substituição e subtração de mercadorias, furtos nas transações, roubos e desvio de mercadorias e valores, abuso de poder e de funções, apropriações indébita, cálculos errados, documentos falsos, falta de caixa, irresponsabilidade em prestações de contas (ATTIE, 2008).

Completando os conceitos estabelecidos por Attie (2008), Angeli (2011), afirma que as fraudes contábeis visam manipular os resultados da organização no intuito de demonstrar uma situação enganosa podendo assim causar sérios problemas aos usuários externos dessa informação. Esses danos também geram perdas no âmbito financeiro e prejudicam a alocação de recursos escassos na economia mundial.

Além das fraudes contábeis este trabalho abordará também as fraudes gerenciais, as quais muita das vezes são cometidas pelos próprios funcionários da organização.

2.6.1 Fraudes gerenciais

Completando os conceitos estabelecidos por Magalhães et al (1998), Kraemer (2011) afirma que as fraudes gerenciais são aquelas cometidas contra a organização e destaca uma pesquisa realizada nos Estados Unidos por Wells (2004) “68% das fraudes gerenciais foram cometidas por empregados 34% foram cometidas por gerentes e 12% foram cometidas pelos proprietários da entidade. Wells ainda ressalta que muitas dessas fraudes envolveram colusão entre empregados, gerentes e proprietários.”

Concluído a fundamentação teórica sugerida no início deste trabalho, o capítulo a seguir tem como objetivo apresentar o estudo de caso, o qual apresentará a

História da instituição PanAmericano, o que é, e como se desencadeou a crise que teve seu ápice em setembro de dois mil e dez.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 A História do Banco PanAmericano

Segundo relatos coletados no site oficial do Banco PanAmericano (2011) A história do Banco PanAmericano tem seu início nos primórdios da década de sessenta, mais precisamente em vinte e um de fevereiro de mil novecentos e sessenta e nove, quando o grupo Silvio Santos adquiriu a maior parte das ações do REAL SUL CRÉDITO, financiamento e investimento. Essa empresa atuava no mercado desde 1963 em São Caetano do Sul. Com isso, o Real Sul incorporou à Baú Financeira, outra empresa do Grupo Silvio Santos.

Mas foi somente em mil novecentos e noventa e nove que o Baú financeira pode atuar como Banco múltiplo. Ou seja, atuar nas mais diversas áreas financeiras além do simples crédito e financiamento. Surgiu assim o Banco PanAmericano S/A, ocupando o décimo nono lugar entre os maiores Bancos brasileiros.

Em dezembro de dois mil e nove, a Caixa Econômica Federal (CEF) comprou quarenta e nove por cento das ações com direito ao voto por setecentos e quarenta milhões de reais.

Operação foi aprovada pelo Banco Central (BC) em junho do mês, ano da compra.

3.2 O que é o PanAmericano?

Para responder a esta indagação, foi necessário buscar informações no site oficial do Banco PanAmericano (2011), o qual descreve toda a trajetória da instituição.

O Banco PanAmericano S.A. é uma instituição financeira focada no financiamento para consumo de pessoas físicas das classes B, C, D e E, independente

dos grandes conglomerados financeiros brasileiros.

O Banco PanAmericano S.A. se diferencia de seus principais concorrentes pelo portfólio extenso de produtos e serviços que oferece nesse segmento, que inclui crédito direto ao consumidor, crédito consignado, cartões, seguros, *leasing* e consórcio, de forma que não depende integralmente de apenas um único produto.

O Banco PanAmericano S.A. opera como Banco múltiplo desde mil novecentos e noventa e um. O Banco PanAmericano S.A. iniciou suas operações com cartões de crédito em mil novecentos e noventa e quatro e com *leasing* em mil novecentos e noventa e oito, com a criação de sua subsidiária PanAmericano Arrendamento Mercantil.

Em 1999 a seguradora PanAmericano de Seguros foi incorporada ao Banco. O Banco PanAmericano S.A. opera com crédito consignado desde dois mil e dois, mesmo ano em que o antigo Consórcio Vimave, foi transformado em sua subsidiária Consórcio Nacional PanAmericano.

O Banco PanAmericano S.A. acredita que o segmento de crédito a pessoas físicas possui alto potencial de crescimento em função da demanda reprimida por crédito no País, perspectivas de queda das taxas de juros, crescimento de renda média e o conseqüente aumento do consumo pelas classes B, C, D e E. O ambiente macroeconômico brasileiro tem se caracterizado pela queda das taxas de juros nos últimos anos.

O Banco PanAmericano S.A. acredita ser capaz de manter seus índices de rentabilidade neste cenário, uma vez que a redução das taxas de juros favorece o crescimento da atividade econômica de um modo geral, incluindo o aumento do volume de operações de crédito, bem como a redução dos índices de inadimplência.

Os produtos do Banco PanAmericano S.A. são distribuídos por meio de pontos de vendas exclusivos, presentes em todos os estados brasileiros e principais cidades, incluindo todas as capitais e o Distrito Federal, mais de 25.000 parceiros comerciais, tais como concessionárias e revendedores de veículos leves e pesados e grandes redes de lojas de varejo, e por meio do *call center*, este é um dos diferenciais exclusivo com mais de 407 posições de vendas, atendendo mensalmente aproximadamente 1.385 mil ligações.

Esta rede de distribuição permite ao Banco uma abrangência de 85% do território nacional. A carteira de crédito é diversificada entre financiamento de veículos, crédito consignado, crédito pessoal, cartões, arrendamento mercantil e CDC Lojista (financiamentos de móveis, eletrodomésticos, materiais de construção, turismo entre outros).

O Banco PanAmericano S.A. é uma empresa pertencente ao Grupo Silvio Santos (GSS), conglomerado que ocupa a 66ª posição no *ranking* de maiores por Receita Operacional Líquida, conforme a 32ª edição do Balanço Anual da Gazeta Mercantil – 300 Maiores Grupos (Out./Dois mil e oito).

No ano de dois mil e oito, ocorreu o cinquentenário do Grupo Silvio Santos que, atualmente, conta com mais de trinta empresas. O Banco PanAmericano S.A. é a empresa líder, de um conjunto de companhias que compõem a Divisão Financeira do Grupo Silvio Santos. A marca “PanAmericano” está entre a 500 marcas, mais valorizadas do setor financeiro mundial.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do PanAmericano abrangem os resultados financeiros dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs - entidades de propósito específico ligadas ao Banco) nos quais a Divisão Financeira é detentora de posições em cotas subordinadas ou é responsável pela cobrança dos créditos cedidos.

O PanAmericano Arrendamento Mercantil S.A. é uma empresa controlada pelo Banco PanAmericano S.A., que detém 99,97% de seu capital total. A empresa de *leasing* opera de forma integrada com a sua controladora, o que amplia e diversifica as opções de compra dos clientes.

As operações de arrendamento mercantil são realizadas em concessionárias e lojas de veículos leves, pesados e de motocicletas. Os veículos arrendados possuem uma idade média de 3 anos de uso, e seus clientes são predominantemente pessoas físicas, cerca de 97% da carteira total. Entre as empresas de Arrendamento Mercantil, considerando-se o critério do Valor Presente da Carteira de *leasing*, o PanAmericano ocupa a 19ª posição, conforme dados de setembro de 2008 da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL).

A PanAmericano de Seguros S.A. é uma empresa controlada pelo Banco PanAmericano S.A., que detém 98,7% de seu capital total. A Seguradora atua nos

segmentos de Acidentes Pessoais Coletivos, Danos Pessoais (DPVAT), Vida em Grupo, Renda de Eventos Aleatórios (desemprego) e, Prestamistas. As atividades e serviços prestados possuem sinergia com as operações de crédito da controladora, o que agrega valor aos clientes e aos seus acionistas.

A Seguradora ocupa a 11ª posição entre as empresas que atuam no ramo de Acidentes Pessoais, e é a 9ª no segmento de Seguro Desemprego. Considerando-se as estatísticas da Susep - Superintendência de Seguros Privados, em 31/12/08 no ranking geral (critério de Resultado Operacional), a PanAmericano de Seguros ocupava a 16ª posição.

3.3 A fraude

Patury (2010) relata que em setembro de 2010, técnicos do Banco central identificaram um desfalque de 2,5 bilhões de reais nas contas do PanAmericano. O Banco vendia as mesmas carteiras de crédito a diferentes compradores e não registrava as operações em seu balanço. A maquiagem servia para inflar o patrimônio do Banco aos olhos do mercado.

Diante deste fato ocorrido, a pergunta que surge é a seguinte: Antes de a Caixa Econômica Federal (CEF) comprar as ações da PanAmericano, suas contas tiveram de ser analisadas por especialistas do próprio comprador, do Banco central e de auditores independentes. Como é possível que ninguém tenha percebido o rombo? (PATURY, 2010).

Para tentar responder a esta pergunta Crespo (2011) aponta a seguinte reportagem:

O sindicato disse à reportagem que, no segundo semestre de 2006, o BC colocou o Banco PanAmericano "em evidência", termo usado pela autarquia quando nota que algum Banco precisa de fiscalização mais intensa (o BC não confirma nem nega essa informação, que é sigilosa). Mas foi somente em novembro do ano passado que veio a público a notícia de que havia um rombo de R\$ 3,8 bilhões, e só em fevereiro de 2011 o PanAmericano informou que o buraco era ainda maior, de R\$ 4,3 bilhões.

Para Sergio Belsito, presidente do Sinal, há escassez de funcionários que sejam especializados em sistemas e ao mesmo tempo tenham conhecimento em contabilidade. "O BC poderia ter solicitado já em 2006 um procedimento que mostra toda a base de dados do PanAmericano. Mas é preciso ter gente especializada para fazer esse trabalho, e o BC não tem em número suficiente", disse Belsito.

Um advogado de grandes Bancos endossa o argumento do sindicato: "O BC talvez seja o órgão mais sério do serviço público brasileiro. Mas, na área de sistemas, ficou para trás. [...] Colocar um Banco em evidência é uma decisão incomum. Quando isso acontece, é preciso vasculhar [a instituição financeira] já no dia seguinte."

A fonte ligada ao BC afirmou que em um trabalho como o da investigação do PanAmericano o que faz diferença não é o número de servidores, mas "uma boa tecnologia e pessoas bem treinadas", o que, na opinião dele, a autarquia tem. "O BC nunca deixou de fazer nada por falta de pessoal" no caso PanAmericano, rebateu.

Diante de tantas informações coletadas, deve-se ter um embasamento para entender melhor o que de fato ocorreu no Banco PanAmericano.

3.4 Entendendo a Crise

O jornalista Darlan Alvarenga em sua coluna no site G1 da Rede Globo (2011), explica a crise que se arrebatou no Banco PanAmericano.

Segundo este jornalista a instituição possui R\$ 11.882 bilhões em ativos totais em junho, o PanAmericano é o 21º maior Banco do País. Ao final do 2º trimestre de dois mil e dez, o Banco tinha 16,9 milhões de clientes cadastrado, dos quais 2,1 bilhões ativos.

Em outubro do mesmo ano, o Banco central teria detectado um rombo expressivo de R\$ 2,5 bilhões no Banco PanAmericano o balanço não estaria refletindo reais condições da instituição. A origem do rombo, no entanto não foi aplicada.

A Caixa Econômica Federal comprou em dezembro de dois mil e nove, por R\$ 739,2 milhões, 49% do capital votante e 35% do capital total do PanAmericano.

O Banco público (Caixa Econômica Federal) disse que a "operação foi feita adotando as melhores práticas do mercado", mas se questiona porque o rombo não foi detectado nas auditorias realizadas antes da compra (ALVARENGA, 2011).

Os controladores da instituição – Grupo Silvio Santos recebeu um prazo para adequar suas contas. No dia 11 de outubro do ano de dois mil e dez, técnico acionista do grupo, ao Fundo Garantidor, a quem foi pedida assistência financeira.

Em 09 de novembro de dois mil e dez, o Grupo Silvio Santos conseguiu a aprovação, pelo Fundo Garantidor do empréstimo de R\$ 2,5 bilhões.

O empresário Silvio Santos terá o prazo máximo de dez anos para quitar o empréstimo feito sem juros, apenas com correções monetária.

Como tudo funcionava para o rombo no Banco: como o Banco não

levantava os recursos para empréstimos por meio dos depósitos feitos por correntistas, ele vendia parte de suas carteiras de crédito para grandes Bancos.

O que ocorreu foi que alguns dessas carteiras, mesmo já repassadas adiante, continuavam entre os ativos do Banco, sendo consideradas como prontas para serem vendidas. As carteiras, portanto, continuavam a ser contabilizadas como ativos, apesar de não pertencerem mais ao Banco.

São operações volumosas, pacotes de operações que tem 10,15 mil operações de pequeno valor.

Conforme Naiana Oscar (2011) O rombo no caixa do Banco PanAmericano coloca em xeque o trabalho das auditorias interna e independentes responsáveis por avaliar as contas da instituição. Os dados internos do Banco são auditados pela *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes. E, no ano passado, a instituição financeira do grupo Silvio Santos passou ainda pelo crivo do Banco Fator, que ajudavam a Caixa Econômica Federal na compra de 49% do capital do PanAmericano.

Uma fonte que acompanhou de perto essa transação afirma que seria impossível a fraude ser detectada pelas consultorias responsáveis pela venda do Banco para a Caixa, já que sigilo bancário impede que os nomes dos clientes sejam identificados. Mas, segundo ele, os dados indisponíveis aos operadores externos poderiam ter passado pelo crivo da *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes (OSCAR, 2011).

O Banco Fator, contratado pela Caixa Econômica para intermediar a aquisição, disse por meio da assessoria de imprensa que não tinha como identificar possíveis fraudes nas contas do Banco, auditadas em março do ano passado para a transação. "Não temos expertise para fazer auditoria, por isso contratamos uma empresa de renome para cuidar desse processo", informou o Fator. Segundo o Banco, não seria possível identificar a existência de operações cruzadas feitas ilegalmente por causa do sigilo bancário. "Mas não é possível afirmar ainda se houve realmente uma fraude", reforçou o Banco.

A KPMG, (Assessoria Financeira e em processos de Fusões & Aquisições, Restruturações) auditoria contratada pelo Fator, também tentou se explicar em uma nota divulgada quarta à noite. A empresa enfatizou que não é responsável pela auditoria interna do PanAmericano. E escreveu: "A KPMG foi contratada para executar certos procedimentos pré-acordados de diligência em dados disponibilizados pelo referido Banco em 'data room' com data base de março de 2009".

Sócia do PanAmericano, a Caixa Econômica Federal disse que a operação de compra iniciada no fim do ano passado só foi concretizada em julho após aprovação do Banco Central. Segundo a Caixa, as contas do PanAmericano foram submetidas também à

análise da BDO Consultores, para que emitisse uma segunda opinião (OSCAR, 2011).

Para entender a crise e responder a pergunta de pesquisa deste estudo faz-se necessário explicar o desfecho da crise. Apontando a atitude tomada pelo empresário Silvio Santos.

3.5 Desfecho da Crise

Depois de ter negociado com o Fundo Garantidor de crédito um empréstimo de 2,5 bilhões de reais, em novembro de 2010, o empresário Silvio Santos resolveu vender o restante de suas ações para o Banco BTG Pactual.

Alvarenga (2011) relata que a venda do Banco PanAmericano, para empresário Silvio Santos anunciou na noite desta segunda-feira (31) que fechou a venda do Banco PanAmericano. Em nota, o BTG Pactual confirmou, pouco depois, ter acertado a compra da fatia do apresentador na instituição.

[...]“Vendi o Banco, claro. Não podia deixar de vender o Banco. Porque o meu Banco não deu prejuízo pra ninguém. O meu Banco teve um bom comportamento. Talvez tivesse sido mal administrado, e essa má administração provocou aquilo que todos vocês conhecem”, [...] afirmou ele aos jornalistas.[...] “Não ganhei nada, não perdi nada”, [...] (ALVARENGA, 2011).

O PanAmericano não deu baixa em ativos vendidos, diz diretor do Banco Central Aporte entrou para evitar intervenção no PanAmericano, diz Fundo Garantidor de Crédito.

Alvarenga (2011) destaca ainda a afirmação do empresário Silvio Santos, o qual afirmou que não possui mais nenhuma dívida junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

O Grupo Silvio Santos não tem mais nenhuma dívida com o Fundo Garantidor.

[...]“Agora eu estou livre. A televisão (SBT) que vocês queriam comprar, ou que alguém queria comprar, não está mais à venda. A Jequiti não está mais à venda. As Lojas do Baú não estão mais à venda. A única coisa que foi vendida foi o Banco”[.], disse ele.

Na saída de uma reunião de várias horas na sede do BTG, no Jardim Europa, em São Paulo, o apresentador foi perguntado pelos jornalistas sobre o Banco. Rindo, antes de confirmar a operação, ele questionou:[...] “que Banco? De jardim?”[...] (ALVARENGA, 2011).

Silvo Santos se mostrou tranquilo com a operação: “não é frustrante. É surpreendente, é emocionante. Meus negócios, para mim, são mais uma forma de diversão e emoção, mais nada” (ALVARENGA, 2011).

Segundo o *site* G1 as bases da negociação foram todas tratadas por seus advogados, segundo o empresário. “Foram tantos papéis da minha frente, e eu nem assinei. Quem assinou foi minha filha Renata e meu sobrinho Guilherme”.

Segundo o BTG Pactual, a compra foi fechada por R\$ 450 milhões. Com o acordo, a instituição passa a deter 34,64% do PanAmericano, com 51% das ações ordinárias – o que garante o controle do Banco – e 21,97% das preferenciais.

“O patrimônio do Grupo BTG Pactual é de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões e o do Banco BTG Pactual, de R\$ 5,6 bilhões”, diz a instituição em nota.

Pelo acordo, a Caixa Econômica Federal (CEF) manterá sua participação de 36,56% no capital social total do Banco. Será feita ainda, na data da conclusão do negócio, uma Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) aos acionistas minoritários, nas mesmas condições oferecidas ao acionista controlador, pelo preço de R\$ 4,89 por ação.

O comando do PanAmericano ficará nas mãos de José Luiz Acar Pedro, sócio do BTG

Fica nítido que o empresário Silvio Santos, alega que pode ter ocorrido uma má administração, essa é uma das hipótese que não se deve descartar, pois quando tem uma administração confiável e qualificada torna-se difícil a ocorrência de fraudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi averiguar o grau de

confiabilidade da auditoria das Demonstrações Contábeis, com o intuito de identificar até que ponto pode-se considerar a auditoria confiável. Os administradores das empresas acreditam nas pessoas que lideram a auditoria, que é aplicada na sua organização.

Ao elaborar o referencial teórico e analisar conceitos defendidos por renomados autores que abordam a importância da Auditoria Externa e Interna dentro das organizações, foi possível constatar que o controle interno adequado e pessoas confiáveis, para manipular esse mecanismo, é uma ferramenta extremamente importante, mas não o suficiente. Pois não se pode interpretar a reação das pessoas quando se tem a oportunidade de usufruir de um dinheiro que aparentemente é fácil. (ATTIE, 2010).

A auditoria é uma ferramenta gerencial imprescindível para a contabilidade, haja vista que, os procedimentos de auditoria, principalmente o controle interno é um revisor do seu próprio trabalho, com a finalidade de identificar falhas, erros e possíveis fraudes.

Diante deste pressuposto, levou-se a busca por um caso real, a instituição PanAmericano, onde em dois mil e dez apresentou-se como o auge de fraude contábil; inicialmente de 2,5 bilhões, porém as últimas informações coletadas até o mês de agosto de 2011, já se falavam de uma fraude equivalente a 4,3 bilhões de reais.

É importante ressaltar que a Caixa Econômica Federal já havia adquirido 49% das ações do PanAmericano, destaca-se que para a realização desta transação comercial, já havia sido efetuado uma auditoria no Banco PanAmericano, pois um órgão público, como é o caso da Caixa Econômica Federal não poderia comprar parte das ações de uma instituição com um rombo gigantesco como o descoberto logo após a concretização da venda.

Especialistas afirmam que seria impossível a fraude ser detectada pelas consultorias responsáveis pela venda do Banco à Caixa, já que o sigilo bancário impede que os nomes dos clientes sejam identificados. Diante desta constatação, a indagação que permanece é a seguinte: Até que ponto as auditorias das Demonstrações Contábeis realizadas nas instituições financeiras são confiáveis?

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANGELI, Pedro Paulo Torri de. **Republicação das demonstrações contábeis: uma análise dos índices ROA, ROE e endividamento total em empresas brasileiras no período de 2000 a 2005**. (Monografia) Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade Economia e Finanças – FUCAPE, Vitória/ES, 2008. Disponível em: http://www.fucape.br/_admin/upload/prod_cientifica/Dissertacao%20Pedro%20Paulo%20Torri.pdf Acesso em: 20 Ago. 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS TECNICOS CIENTIFICOS DA CORSAN Disponível em: http://www.astecor.com.br/materia_tecnica/contador/auditoria.pdf Acesso em: 20 Ago. 2011.

ATTIE, William. **Auditoria conceitos e aplicações**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BORDIN, Patrícia; SARAIVA, Cristiane Jardim. O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis. 1º Simpósio de Iniciação Científica - dos Cursos de Ciências Contábeis de Canta Maria. **Revista Eletrônica de Contabilidade Curso de Ciências Contábeis UFSM** – ed especial de julho de 2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIInEspecial/a12vIInesp.pdf> Acesso em: 20 Ago. 2011

CRESPO, Silvio. **Fiscalização do BC perde pessoal** - Capacidade de fiscalizar o sistema financeiro pode ser afetada pela suspensão das nomeações de concursados e continuidade das aposentadorias no Banco Central. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasil,fiscalizacao-do-bc-perde-pessoal,69255,0.htm> Acesso em: 20 Ago. 2011.

FACULDADE DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE SÃO PAULO. **Evolução do trabalho de auditoria**. Disponível em <http://www.eac.fea.usp.br>. Acesso em: 25 mar. 2011.

FRIEDLANDER, David. **Rombo do PanAmericano é de 4,3 bilhões**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-caso-do-PanAmericano>, Acesso em: 15 ago. 2011.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A maquiagem das demonstrações contábeis com a contabilidade criativa**. Disponível em: <http://www.gestipolis.com/> Acesso em: 25 maio 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas 2010.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Análise de demonstrações contábeis e financeiras.** Disponível em:
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analisedemonstracoesfinanceiras.htm>
Acesso em: 22 abr. 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MURARO, Mirna. SANTOS, Sandra Regina Toledo dos. A influencia da Lei da Responsabilidade Fiscal nos procedimentos de controle interno. Revista Brasileira de Contabilidade, janeiro/ fevereiro 2010 p 27-39 n° 181

OSCAR, Naiana. **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, KPMG e Fator não identificaram fraude trabalho das auditorias que avaliaram as contas do banco está em xeque, mas empresas dizem que não tinham como identificar o rombo bilionário.** Disponível em: [http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasil,Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes-kpmg-e-fator-nao-identificaram-fraude,42896,0.htm](http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasil,Deloitte_Touche_Tohmatsu_Auditores_Independentes-kpmg-e-fator-nao-identificaram-fraude,42896,0.htm). Acesso em: 20 Ago. 2011.

PANAMERICANO, Institucional Disponível em
http://www.PanAmericano.com.br/sit_e/content/home/Default.aspx, acesso em: 01 maio 2011.

PATURY, Felipe. Pagarei tudo que devo a ele” fã de todos os presidentes, dos generais a lula, passando por collar, o rosto mais conhecido da televisão tem uma dívida de 2,5 bilhões de reais e não crê em soluções políticas. **Revista Veja.** 17 de novembro de 2010. Editora Abril. p. 50 - 64. edição 2191, ano 43, n ° 46

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão de demonstrações contábeis.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Azevedo. **Projetos de estagio e de pesquisa em administração:** guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso; elaboradores Grace Vieira Becker, Maria Ivone de Mello. 2 ed. São Paulo; Atlas, 1999.

SCHRICHEL, Wolfgang Hurt. **Demonstrações financeiras:** abrindo a caixa preta como interpretar balanços para a concessão de empréstimos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Lourivaldo Lopes. **Contabilidade avançada e tributária.** 2.ed. São Paulo: IOB, 2007.

SILVA, Marco Antonio Costa da. **A utilização da gestão por competência:** Estudo de Caso em duas empresas- São Carlos, 2005.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.